



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0000516-63.2022.6.05.8000
INTERESSADO : COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ATENÇÃO À SAÚDE E BENEFÍCIOS
ASSUNTO : Contratação de serviços continuado de assistência à saúde ou cobertura de custos assistenciais através de plano privado, com coparticipação de 30%

PARECER nº 113 / 2022 - PRE/DG/ASJUR

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas para manifestação acerca dos pedidos de esclarecimento e impugnações ao Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2022, que tem por objeto a contratação de prestação de serviço continuado de assistência à saúde ou cobertura de custos assistenciais através de plano privado, com coparticipação de 30% (doc. nº 1831811).

2. Preliminarmente à emissão de parecer conclusivo desta Unidade, insta que a Comissão para Implantação do Plano de Saúde (COMISS2006) se pronuncie sobre os aspectos a seguir arrolados.

2.1. No doc. nº 1839538, a HAPVIDA ASSITÊNCIA MÉDICA S.A impugna os tópicos 3.1.9.1 e 3.1.9.2 do Termo de Referência, que estabelecem a abrangência geográfica do plano e a rede mínima credenciada, alegando que as especificações não foram justificadas pelo Órgão.

2.1.1. Assiste razão à empresa quanto à necessidade da devida fundamentação para a contratação dos serviços em todo o território nacional (envolvendo hospitais, maternidades, consultas e exames nas diversas especialidades médicas), bem como para a definição do número de hospitais em Salvador e respectiva qualificação (hospitais gerais e de grande porte). Compulsando os autos do processo, não identificamos tais informações no Estudo Técnico Preliminar (doc. nº 1817161).

2.2. Na mesma impugnação, a HAPVIDA contesta a disciplina do item 4.1.4 do TR, segundo a qual “*Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo para resolução do problema de acordo com a complexidade do caso*”. Argui mácula aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que, para a prestação dos esclarecimentos, será necessário o acionamento da área interna da licitante, exigindo, no mínimo, a concessão de 05 (cinco) dias úteis. Pontua que a possibilidade de ser determinado prazo para a resolução do problema não é suficiente para garantir a segurança jurídica ao contratante.

2.2.1. Julgamos que as argumentações da empresa procedem. É preciso estabelecer um prazo para que a obrigação seja cumprida. A expressão “*imediatamente*” é bastante vaga, de modo que sua interpretação poderá gerar controvérsias desnecessárias. Por outro lado, não havendo imposição legal para que este intervalo seja estipulado em 05 (cinco) dias úteis, convém que a COMISS2006 avalie a questão e indique o interstício que entender apropriado.

2.3. No pedido de esclarecimento da CENTRAL NACIONAL UNIMED – COOPERATIVA CENTRAL, colacionado através do doc. nº 1837517, a empresa questiona qual o prazo de carência para os exames não mencionados no tópico 3.3.2.3 do TR. Dispõe o tópico 3.3.2, *in verbis*:

3.3.2 Na hipótese não contemplada no item 3.3.1 os beneficiários estarão sujeitos aos prazos de carência de acordo com a lei, contados a partir da data de admissão, nos seguintes termos:

3.3.2.1 prazo máximo de 24 horas para cobertura dos casos de urgência e emergência;

3.3.2.2 sessenta (60) dias para consultas em todas as especialidades e para exames complementares, serviços auxiliares, exceto aqueles constantes na alínea abaixo:

3.3.2.3 noventa (90) dias para os seguintes exames: Angiografia, Tomografia Computadorizada, Ecocardiografia, Medicina Nuclear, Estudos Hemodinâmicos, inclusive Cineangiocoronariografia, Neuroradiologia, Ressonância Magnética;

3.3.2.4 cento e oitenta (180) dias para internações hospitalares de qualquer natureza (clínica, cirúrgica, UTI/CTI, etc.);

3.3.2.5 trezentos (300) dias para os casos obstétricos. (grifos acrescidos)

2.3.1. Considerando que o art. 12, V, da Lei nº 9.656/98^[1] estabelece apenas prazos máximos de carência, admite-se a fixação de intervalos menores, desde que consignados no instrumento contratual.

2.3.2. Pela disciplina do TR acima reproduzida, os exames cuja carência corresponde ao prazo de 90 (noventa) dias seriam exceção. Todos os demais estariam sujeitos à carência geral de 60 (sessenta) dias, fixada no tópico 3.3.2.2. Oportuno que a Comissão ratifique se essa foi sua intenção.

2.4. Em 15.02.2022, a Presidente da COMISS2006 encaminhou e-mail a esta Unidade, solicitando opinativo jurídico acerca das **PERGUNTAS 28 e 29** do pedido de esclarecimento formulado pela UNIMED SEGUROS SAÚDE S.A (nesta oportunidade, anexamos aos autos a correspondência eletrônica – doc. nº 1844274). Tendo em vista a afirmação da signatária no sentido de que, da análise do item 3 do TR, o plano a ser contratado tem a cobertura mais ampla possível (plano-referência^[2]), e considerando que o item 4.2.1, alínea “I”, do TR exclui os procedimentos odontológicos, parece-nos, salvo melhor juízo, que os serviços abrangem as segmentações ambulatorial e hospitalar com obstetrícia^[3]. Cumpre, todavia, que a área responsável pela realização dos estudos confirme nossa inferência.

3. Considerando que a **PERGUNTA 03** do doc. nº 1836882 diz respeito à operação de pagamento, convém que a SOF seja ouvida.

4. Por fim, recomendamos que a SELIC proceda, de logo, à suspensão do certame (cuja data de abertura estava prevista para o dia 15.02.2022 às 14:00), haja vista que as respostas às **PERGUNTAS 20, 21 e 35** (doc. nº 1840519), além da impugnação ao item 4.1.4 do TR, exigem a adequação do Termo de Referência.

4.1. Com efeito, a alteração da obrigatoriedade de manutenção de escritório para atendimento dos beneficiários na cidade de Salvador (tópico 7.14 do TR), admitindo-se a sua substituição por Central de Atendimento remota, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, modifica o encargo atribuído às empresas, repercutindo, portanto, na elaboração das propostas. Nesta perspectiva, incide a prescrição do § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

(...)

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. (destacou-se).

É o parecer, *sub censura*.

^[1] “Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes exigências

mínimas: (...) V - quando fixar períodos de carência: a) prazo máximo de trezentos dias para partos a termo; b) prazo máximo de cento e oitenta dias para os demais casos; c) prazo máximo de vinte e quatro horas para a cobertura dos casos de urgência e emergência;”

[2] De acordo com a Resolução Normativa nº 465/2021 da ANS: “Art. 17. A cobertura assistencial de que trata o plano-referência compreende **todos** os procedimentos clínicos, cirúrgicos, obstétricos e os atendimentos de urgência e emergência previstos nesta Resolução Normativa e seus Anexos, na forma estabelecida no art. 10 da Lei nº 9.656, de 1998.” (grifou-se).

[3] Arts. 18 a 21 da Resolução Normativa nº 465/2021 da ANS.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Caleffi, Técnico Judiciário**, em 17/02/2022, às 13:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1844280** e o código CRC **7F9C7AAD**.